

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
AMBIENTE E USOS DO TERRITÓRIO

O Ambiente/Conservação da Natureza na encruzilhada do Desenvolvimento

António Morais

Parque Natural de Montesinho

1. Introdução e problema: o Parque Montesinho e a sua envolvência

A criação das designadas áreas protegidas em Portugal data dos inícios dos anos setenta na sequência da adopção legislativa específica e cujo enfoque contempla a protecção da natureza, incluindo os valores ditos naturais, subjacentes a um certo tipo de paisagem.

Esta preocupação legislativa encontra registo tardiamente, se a compararmos com as intervenções estatais na restante Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Com efeito, já em 1872 é criado nos Estados Unidos o National Park de Yellow Stone, o qual decorreu de motivações de ordem naturalista e como uma espécie de símbolo cultural. Posteriormente, e na Europa, surgem os primeiros parques naturais no início do século XX. Para autores como Mormont (1987:5), o aparecimento dos parques naturais prende-se não só com as preocupações de botânicos e biólogos na preservação de espécies, mas também com interesses e representações de certas fracções orada aristocracia ora da (pequena) burguesia ansiosos de restabelecer uma relação idealizada com a natureza, os lugares 'naturais' e os significados simbólicos inerentes a esta concepção 'naturalista' e não mercantilista do campo e da floresta. O espaço subjacente a esta reflexão centra-se no Parque Natural de Montesinho (PNM) e na sua relação com outras entidades nomeadamente estatais, camarárias político-partidárias e outras que, de um modo mais ou menos formal, se relacionam com a defesa da natureza, do ambiente mas que, por outro lado, proclamam almejar um processo de desenvolvimento.

O Parque Natural de Montesinho teve configuração jurídica e política em 1979 através do Decreto-Lei 355/79, de 30 de Agosto. Ele caracteriza-se por ser um conjunto paisagístico de elevado valor natural, no qual assumem uma importância fundamental os sistemas de utilização do solo que tão sabiamente o homem foi concretizando ao longo da história da ocupação do território(cf. Vasconcelos s/d). A

questão que emerge com pertinência poder-se-ia formular do seguinte modo: que factores e mecanismos permitem compreender e explicar as continuidades e/ou mudanças na configuração das comunidades rurais inseridas na área do PNM? E, mais concretamente, até que ponto a intervenção estatal, ao dispor do território do PNM, representa a expropriação dissimulada dos habitantes rurais desta região em benefício de instituições e agentes externos e/ou, face ao declínio da sociedade rural tradicional, um meio adequado não só de revitalizar a região e potenciar a sua riqueza bio-ecológica como um instrumento de reestruturação e renovação do tecido social rural? Ou, pelo contrário, será um entrave e um bloqueio a um certo desenvolvimento que protagonistas sociais e políticos visam a nível nacional e regional? Que funções vêm assumindo ao longo do tempo o espaço hoje denominado PNM e a favor de quem têm revertido os benefícios deste recurso bio-ecológico, económico, social e recreativo? Até que ponto outras actividades tais como o lazer e o turismo poderão constituir novas alavancas do desenvolvimento rural local?

Estas questões exigiriam certamente uma mais extensa discussão em torno das relações entre os diversos tipos de economias e sociedades, pelo menos, ao longo das últimas décadas. Não sendo agora possível fazê-lo, concentro-me aqui para já em demonstrar algumas incongruências e discrepâncias entre os programas e discursos proclamados e certas práticas levadas a cabo por determinados agentes responsáveis não só a nível nacional como sobretudo a nível regional e local.

2. Natureza, ambiente e sociedade

A sucessão de ecossistemas mais ou menos intervencionados pelo homem (dos carvalhais aos alqueives, passando pelos soutos e lameiros, até aos recentes espaços florestais geridos pelas colectividades locais) tinha como pano de fundo um modelo de uso da terra que se destacava por um certo equilíbrio entre as funções ecológicas, produtivas e simbólicas. A diversidade de fronteiras entre esses grandes tipos de ecossistemas (naturais ou naturalizados, culturais ou aculturados), utilizados mais ou menos intensamente pelo homem, permitiram a instalação de uma abundante comunidade de consumidores primários (pequenos herbívoros, répteis, aves, mamíferos) que se têm aproveitado da elevada produtividade dos espaços trabalhados pelo homem para se alimentar, ao mesmo tempo que encontram refúgio nas áreas mais preservadas da acção humana. Desse modo, foi possível que até aos dias de hoje se mantivessem valores apreciáveis de comunidades de consumidores

secundários de assinalável valor para a conservação da natureza (aves rapinas, lobo) que de outra maneira (sem os ecossistemas manejados pelo homem) teria dificuldade em encontrar uma tão grande base de suporte ao nível das cadeias alimentares mais baixas. São realmente complexas as relações de simbiose que ao longo dos tempos se foram estabelecendo entre os diversos componentes destes sistemas, resultando difícil (se não mesmo impossível) definir onde acaba a Natureza e começa a Cultura ou vice-versa. De qualquer maneira uma coisa é certa: a existência dos benefícios mútuos é a razão fundamental para que até hoje tenha subsistido a paisagem em causa.

Com o surgimento de novas políticas agrícolas (decisões políticas centralizadas, globalização da economia, - campanha do trigo, florestação dos baldios) que pouco tiveram em conta o seu contexto diferencial, o território do PNM foi obrigado a “competir” pela sobrevivência dos seus sistemas de produção. As comunidades rurais rapidamente se aperceberam de que era uma batalha perdida e a resposta foi a procura de factores exteriores que compensassem a nítida desvantagem em que as novas regras do jogo as colocaram. Porém, a fertilização artificial, a mecanização, a utilização de cultivares exóticas eram ineficazes para tornar competitivo um sistema de produção tão complexo e próprio para sustentar uma realidade tão específica. A par dos desequilíbrios ecológicos e das produtividades não sustentáveis, a economia degradou-se ao ponto de sistemas sociais que ao longo das tempos conseguiram sobreviver sem o actual estado de bem-estar(seguros de colheitas, segurança social), hoje em dia, apesar da sua existência, dificilmente conseguem níveis de rentabilidade para se conseguirem manter. Deste modo, uma grande parte da população, componente fundamental no equilíbrio anterior do sistema, desiste, emigra e perde irremediavelmente o afecto ao seu meio, bem como o acesso aos conhecimentos empíricos geracionais, base cultural absolutamente fundamental para gerir de uma forma equilibrada e autossustentada este território.

A par da investigação das consequências ecológicas da rotura deste equilíbrio (perda de diversidade biológica a todos os níveis das cadeias tróficas, degradação do meio biofísico pela ausência da manutenção das infra-estruturas de sustentação das terras, condução da água) impõe-se conhecer o actual estado ‘sociológico’ destas comunidades, bem como a sua importância efectiva na manutenção do funcionamento equilibrado do sistema, bem como as suas perspectivas futuras.

As comunidades rurais, enquanto utilizadoras e/ou detentores directos da propriedade são a interface activa entre os ditames da conjuntura sócio-económica e

política/administrativa e configuração concreta do espaço por elas ocupado. As comunidades rurais (aldeias, freguesias), situam-se entre o nível da exploração agrícola familiar e o nível do contexto sócio-político regional, nacional e cada vez mais internacional que, no actual contexto de abandono rural e de globalização da economia, tende a ter uma importância residual sobre as decisões acerca da utilização do território, bem como sobre tudo o que lhe está associado (particularmente sobre os aspectos de identidade da comunidade, factores chave para a sua sobrevivência), processo esse que importa reconstituir de modo a perceber as diferentes lógicas e dinâmicas aí presentes e o crescente declínio da capacidade de decisão ao nível da própria comunidade (cf. Pinto 1985, Almeida 1986, Almeida et al 1994, Silva 1998).

Sobre o espaço as abordagens diferem: enquanto para autores de carácter mais neofuncionalista e organicista (Durkheim 1991) é atribuído ao espaço uma certa capacidade de moldagem dos comportamentos humanos, para outros o espaço nomeadamente rural e a componente ambiental adquirem diferentes sentidos e interpretações conforme os grupos e indivíduos que se relacionam com o espaço. Neste quadro, enquanto há autores que sustentam que o próprio geográfico não só rural mas também urbano condiciona os comportamentos (cf. Park 1987, Wirth 1987), para outros como Castells (1975) o espaço e geográfico, bem como os comportamentos que aí ocorrem não constituem uma variável independente da estrutura económica da sociedade. na avaliação dos espaços nomeadamente rurais. Talvez a visão mais adequada seja aquela que, de modo sintético, procura articular os dois lados da relação: o espaço físico e social como condicionante da vida dos grupos e das pessoas, mas, ao mesmo tempo, o facto de a percepção sócio-cultural na avaliação dos espaços nomeadamente rurais ser extremamente importante no modo de afectação e utilização dos espaços pelos grupos sociais e pelos indivíduos. Também num espaço qualificado em termos socio-ambientais como é o do PNM importa ter presente que se ele condiciona os modos de vida das populações e demais entidades envolventes, também é por estas estruturado, de tal modo que os espaços físico-geográficos são também eles objectos de disputa, o que aponta, como refere Castells (1975) para a necessidade de articular factores ditos naturais e ecológicos com outros de cariz social e até político. Tal como sustenta Mormont (1987:3 ss), não é possível reflectir sobre a natureza e, em particular, sobre os chamados parques naturais sem analisar as relações sociais no seu todo, em determinada sociedade concreta, bem como as funções sociais que um determinado, neste caso o PNM, representa para as sociedade.

Tal como Silva (1998) constatou a respeito de duas aldeias minhotas, no processo de integração do rural no espaço urbano, nacional-estatal e até internacional, à medida que as instituições intermédias e centrais (Câmaras, instituições estatais) vão penetrando nas colectividades rurais tradicionais, a margem de controlo e regulação por parte destas em relação ao espaço rural vai diminuindo em maior ou menor grau, assim como a carga simbólica e os usos deste vão-se igualmente diferenciando conforme os grupos e entidades em presença, alterando-se também neste processo a relação campo-cidade. Devido ao atraso do capitalismo em Portugal, verifica-se ainda uma relativa autonomia do espaço rural, tal como sustentam Almeida (1977), Pinto (1985) e Silva (1989), os quais sintetizam as principais funções do espaço rural: (i) abastecimento de bens alimentares para os consumidores urbanos e matérias primas para a indústria, (ii) transferência de força de trabalho para a indústria e serviços, (iii) reserva de espaço físico para outros objectivos desde as infraestruturas, passando pela habitação, até ao turismo e ao lazer, (iv) função de sustentáculo político e mistificação ideológica em favor de classes dominantes.

Avançados alguns tópicos em torno do espaço e da relação entre espaços rurais e urbanos, importaria também ter presente, nomeadamente a respeito de Parques Naturais como o de Montesinho, a relação das colectividades rurais com o próprio Estado. Decisivo no caso concreto do Parque Natural de Montesinho foi o papel do Estado e das várias instituições estatais que, sobretudo a partir de 1979, têm vindo a moldar o mesmo processo. Como porém, o Estado não é uma entidade totalmente neutra e equidistante em relação a todas as classes e grupos sociais, alguns dados e exemplos adiante avançados mostrarão como não estão do mesmo modo reflectidas as representações e as expectativas de todas as classes sociais e instituições envolvidas, havendo mesmo certas contradições e conflitos entre os diversos intervenientes nomeadamente os diversos grupos no seio das populações locais, as gerações mais idosas e mais jovens, os serviços do PNM, as câmaras municipais, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Ambiente, os serviços de turismo e demais empresas ora públicas ora privadas.

As mudanças operadas desde os anos setenta vieram certamente alterar a relação das populações com o espaço físico envolvente, bem como a posição relativa de cada um dos grupos sociais aí presentes. Nas decisões assumidas nem sempre são tidas em conta as necessidades e aspirações das próprias populações, acabando

por prevalecer os interesses e estratégias dos agentes externos, nomeadamente empresariais, estatais e municipais por razões económicas, políticas nomeadamente eleitorais.

É também sobretudo a partir dos anos setenta – e em Portugal a partir dos anos oitenta e sobretudo noventa - que vai ganhando força a questão ambiental e, em particular, a preocupação da conservação da natureza, entre outros, pela valorização dos parques naturais nomeadamente entre actores sociais citadinos preocupados com o nível cada vez mais elevado de poluição urbana e as ameaças ao ambiente. Há, porém, a distinguir a este respeito notáveis diferenças de visão: enquanto uns têm uma preocupação antropocêntrica em que a natureza deve servir os objectivos do homem, outros salientam uma concepção biocêntrica e outros ainda denotam uma visão ecocêntrica, na qual a conservação da natureza tem prioridade sobre outros objectivos inclusive económicos.

A política ambiental passa a constituir um assunto não só de crescente interesse científico como político, atravessando todas as políticas económicas e sociais e tornando-se uma questão que não só redireccionou os programas dos partidos estabelecidos como suscitou a entrada em cena de novas organizações e partidos políticos. Também em Portugal tem crescido o interesse científico e social sobre o ambiente, de que a publicação dalguns trabalhos, monografias e inquéritos nomeadamente sobre as atitudes e representações dos portugueses sobre o ambiente (cf. Lima e Schmidt (1996), Reis e Lima (1998). Politicamente o Estado tem chamado a si um crescente conjunto de matérias relacionadas com o Ambiente e intervindo com maior extensão e intensidade.

No processo de competição pela apropriação, disposição e gestão dos espaços do PNM convém integrar na reflexão as diferentes normas e valores, por parte das instituições e grupos sociais em presença, e respectivas representações sobre os ditos parques naturais. A este respeito Mormont (1987:3 ss) destila dois modos de posicionamento sociológico face aos parques naturais: enquanto uns consideram que o estabelecimento dos parques naturais representa um novo modo de gestão e desenvolvimento integrado do território em alternativa à visão economicista e produtivista mas que implica uma considerável marginalização dos actores sociais tradicionais nomeadamente camponeses, para outros a criação dos parques representa um forma subtil de desprovir as comunidades locais do seu território e da sua cultura em proveito e benefício doutras entidades e grupos sociais: empresários de hotelaria, turistas e outros grupos sociais saturados do stress urbano, entre outros.

Ambas as posições concordam haver uma secundarização do papel dos camponeses, os quais passariam de protagonistas centrais num quadro tradicional para simples "guardiões da natureza" e de um território que cada vez menos lhes pertence, como salienta Mormont (1987:4).

As decisões sobre a afectação, a disposição ou a gestão do espaço e, em particular, do espaço hoje considerado área protegida como é o caso do PNM são fundamentais, mas tais decisões não deixam de reflectir os possíveis modelos de desenvolvimento subjacentes, que, segundo Silva (1995, 2000), poderão ser subsumidos basicamente em três: (i) o modelo (neo)liberal decrescimento e modernização (cf. Rostow 1964), apresentando um modelo uniforme de crescimento sob a exclusiva lógica do mercado e tendo como exemplar o modelo aplicado nos países centrais; (ii) o modelo neo-institucional (cf. Myrdal 1974), que, embora não afaste a economia de mercado, pretende corrigir os seus excessos e assimetrias por uma maior intervenção estatal e, eventualmente, pela potenciação dos recursos endógenos defendidos pelo modelo de desenvolvimento locais (iii) o modelo (neo)marxista do centro-periferia (cf. Wallerstein 1974 e, em Portugal, Santos 1985, Almeida et al 1994, segundo o qual o subdesenvolvimento dos países e regiões da periferia são o resultado do desenvolvimento dos países do centro. Alguns autores assumem como distinto um quarto modelo: o modelo de desenvolvimento local e dos sistemas produtivos locais (cf. Reis 1988,1994, Cepeda 1988, Marques e Portela 1994).

3. Bragança: entre o (sub)desenvolvimento e a preservação do ambiente

Com esta rubrica pretendo procurar ilustrar, embora de forma parcelar e sintética e através de alguns exemplos extraídos do quotidiano, os condicionalismos e as contradições que perpassam os discursos de várias instituições sobre a relação ambiente- desenvolvimento e sobretudo as discrepâncias entre discursos e práticas em relação à política de Conservação da Natureza. Os poderes regionais e locais oscilam entre a ideia da preservação da paisagem e aldeias consideradas típicas de modos de vida pre-modernos e a necessidade de implementar determinadas infra-estruturas e equipamentos que assinalem a entrada na modernidade.

3.1 Caracterização demográfica e socio-económica

Se em 1960 viviam no perímetro das quarenta freguesias pertencentes ao P.N.M. 20.178 habitantes, em 1991 reduziam-se a 9.572, o que representou uma perda de 10.606 habitantes, equivalente a uma perda de 52.6% (cf. Caballero 1998).

O traço marcante destas últimas décadas é o da constante sangria demográfico. Tão pouco são mais animadores os resultados dos últimos censos, que, embora ainda não trabalhados, vão no sentido de a população ter ainda regredido ainda mais, tendência de resto extensível à região do Nordeste transmontano. Todas as freguesias abrangidas pelo Parque apresentam variações negativas, embora com uma incidência menos acentuada naquelas situadas junto dos núcleos urbanos mais importantes de Vinhais e de Bragança.

Um dado importante a ter em atenção e que carece de estudo prende-se com as repercussões resultantes do aumento de mobilidade das populações, permitindo a permanência temporária nas aldeias nos fins de semana (e não só!) de parte da população com residência fixa em Bragança ou Vinhais.

Relativamente à distribuição da população por sectores em 1996, do total de 2444 pessoas 1446 (59%) estão ocupadas no sector primário, 353(14.4%) no secundário e 645 (26.4%) no terciário. Destes dados é possível inferir que, a produção agro-pecuária, embora em regressão, continua a ocupar o papel fundamental na ocupação da população, cujas actividades se distribuem pelas culturas arvenses (trigo, centeio, milho), hortícolas e pecuária, a que há que juntar a exploração florestal. Trata-se basicamente de uma agricultura de subsistência, se bem que, sobretudo nos bons anos agrícolas, permite a formação de excedentes, os quais constituem uma razoável fonte de receitas. A estas produções há que acrescentar a produção da castanha, como fruto seco, que contribui crescentemente para o rendimento familiar.

É ainda de salientar a importância crescente nas produções com denominação de origem protegida como o mel, os bovinos de raça mirandesa e os ovinos galegos/bragançanos.

A produção agro-pecuária centrada na criação bovina de raça autóctone mirandesa tem expressão significativa na economia local.

A importância na manutenção desta raça bovina é assim reconhecida ao ser-lhe atribuída Denominação de Origem Protegida.

Por seu lado, a fonte de alimentação destes animais provém fundamentalmente dos prados naturais designados "Lameiros". Estes prados naturais, cuja manutenção é assegurada pela intervenção humana, subdividem-se em: secadal (regados pelas chuvas de inverno e primavera) ou de regadio permanente. Eles constituem, além disso, um património paisagístico e natural de reconhecida importância.

As recentes orientações da Política Agrícola Comum (PAC) vêm pôr em causa, quer a manutenção dos lameiros, quer a continuidade e o incremento da raça bovina mirandesa. As medidas anunciadas (embora temporariamente contrariadas, na positiva, pelo governo português) em reduzir os apoios financeiros até então fornecidos podem, de forma mais ou menos lenta, contribuir para a diminuição desta actividade agro-pecuária, pondo também em risco a existência e manutenção dos lameiros.

A este propósito, é de referir ainda que as há muito tempo anunciadas majorações em 10%, contempladas nas medidas de apoio às Agroambientais e destinadas a zonas dos Parques Naturais, nunca foram implementadas.

3.2 Aldeias preservadas ou aldeias abandonadas?

Tal como referi, entidades a nível regional e municipal tendem amostrar certa ambiguidade entre a ideia da manutenção do tradicional típico e a necessidade do desenvolvimento, o que induz a algumas contradições e incongruências, de que darei alguns exemplos.

Estando disponíveis alguns dinheiros, entenderam por bem a Câmara Municipal de Bragança e a Região de Turismo do Nordeste Transmontano colocar placas de sinalização em várias estradas locais, indicando a existência de certos monumentos com valor patrimonial, bem como de "aldeias preservadas". Ora, a designação de aldeias preservadas, se nalguns casos pode fazer sentido, noutros tal indicação é anacrónica e induz a erro flagrante, porquanto as localidades em questão encontram-se em convulsão urbanística, onde o casco velho, em fase de abandono, se está a esboroar e a um ritmo acelerado com o decurso do tempo. Por outro lado, as construções novas florescem sem o mínimo enquadramento resultante da inexistência de planos urbanísticos que, com o envolvimento das populações respectivas possam, de forma consistente, valorizar e recuperar, entre outros, o património arquitectónico.

Uma outra ideia veiculada por certos agentes dos poderes municipais para justificar as suas intervenções é a de, partindo do pressuposto que o Parque constitui um entrave ao desenvolvimento, apelam ao sentimento da população, dizendo: "As populações sempre souberam preservar a natureza e gerir a floresta. Não são agora os funcionários do Parque que vêm ensinar como se faz".

Independentemente de que esta posição, em linha de princípio e aplicada a um certo contexto, é pertinente, ela não pode servir de alibi para justificar intervenções que afectam o próprio habitat e restante património do Parque. Mais tais considerações, sobretudo quando veiculadas por responsáveis políticos mais interessados em mostrar obra de crescimento e modernização mesmo que à custa de outros valores, não têm credibilidade na medida em que são os primeiros a não respeitar as próprias dinâmicas e património cultural das populações locais, deixando-as, tal como se referiu acima, ao abandono. Por outras palavras, como em muitas outras coisa da vida, a tradição já não é o que era dantes. Com efeito, no que respeita à gestão florestal, hoje, ao contrário de antanho em que a floresta era gerida com sentido de reserva patrimonial geracional, onde o agricultor ia buscar mediante força braçal, machado e serra, lenha e madeira quanto bastasse às suas necessidades, incluindo as relativas à construção da casa e do caixão, a floresta é cada vez mais um recurso a utilizar com sentido imediato e total. A moto-serra e a mobilidade de transporte dá a sua ajuda.

Os resultados destas novas práticas, nomeadamente os cortes rasos e indiscriminados sobre espécies florestais em vias de extinção, provocando inclusive a erosão dos solos e a destruição de habitats importantes, legitima, de certo modo, a atenção e intervenção por parte dos Serviços Florestais, P.N.M e Serviços Policiais, nomeadamente na aplicação da legislação em vigor.

Convém referir que nem sempre a intervenção do Estado, nesta questão, se pauta pela compreensão do fenómeno nos seus aspectos sócio-económicos. Aliás as práticas dos anos trinta a setenta, por parte do Estado, estão ainda presentes na memória das populações.

3.3 As raposas do Ártico em Rio de Onor e as Convenções de Berna e Washington

Em meados dos anos noventa, um agricultor-empREENDEDOR tentou montar uma empresa que consistia na criação de raposas do ártico destinadas á produção de peles para confecção vestuária.

Para o efeito reuniu capitais e obteve apoios diversos, inclusive do IFADAP. Todavia tal projecto, que chegou a ter o seu início laboral, feria gravemente o estipulado na Convenção de Berna e na Convenção de Washington, que regulamentam sobre: produção, comercialização e transporte de animais exóticos, convenção que Portugal subscrevera.

A intervenção do P.N.M e do Ministério do Ambiente, interditando tal actividade, foi por alguns notáveis locais considerada um entrave ao desenvolvimento! Convém referir que o empresário em questão aceitou e compreendeu as razões que assistiam ao Ministério do Ambiente.

3. 4 O turismo e as eólicas

Actividades consideradas paralelas ou substitutas das actividades agro-pecuárias são as que se prendem com os diversos tipos de turismo(rural, de habitação, da natureza, etc.).

Decorrente do I Quadro Comunitário de Apoio, o Estado Português preparou legislação específica para o Turismo. Nesse âmbito, foi enviado, com pedido de parecer, ás respectivas Regiões de Turismo/Câmaras Municipais, documentação referente. Em Bragança, tal documentação extraviou-se ou ficou esquecida nalguma gaveta. Bragança, não obstante reivindicar, a justo título, potencialidades no que respeita ao turismo acrescido do facto de ser uma das Portas da Europa, ficou de fora, não integrando as zonas consideradas prioritárias para apoio, nomeadamente financeiro.

Uma outra iniciativa tem consistido no aproveitamento de energias renováveis nomeadamente a energia eólica. O recurso a esta fonte energética merece simpatias generalizadas, tendo em atenção que esta se apresenta como um processo alternativo de obtenção de energia. Todavia a sua instalação implica a disponibilidade, entre

outros, de grandes espaços normalmente disponíveis em zonas com nula densidade populacional e reduzida actividade agrícola. A configuração espacial das serras do Nordeste Transmontano, parece, por isso, à partida, apresentar locais indicados para o efeito. Todavia estes espaços, são, por sua vez, referenciados, pelas mesmas razões, como de grande apetência para o exercício do designado turismo rural e de proximidade à natureza. Como conciliar estes dois objectivos?

A instalação do equipamento para obtenção da energia eólica cobre vastas áreas, criando um impacto visual indelével e com efeitos a grande distância, contrastando as novas tecnologias e material utilizado com os valores naturais existentes. Porém, estes valores naturais são amiúde enfatizados como de grande potencialidade turística. Pergunta-se, com pás eólicas como motivo de visita e de animação turística?. Parece, por isso, impor-se uma ponderação sobre a instalação de tais equipamentos eólicos, em que se equaciona, entre outros, a sua dimensão e localização. Contudo, não perpassa tal preocupação, pelo discurso de responsáveis, nomeadamente Presidentes de Câmaras.

Os projectos na forja são assim justificados como uma mais valia para a região. Alguns trocados servem de moeda de troca perante a eventual relutância das Juntas de Freguesia abrangidas que, enfraquecidas com os poucos apoios financeiros, acabam por aceitar acriticamente o que lhes é negado pelo Poder Central ou municipal. Além disso, convém sublinhar ainda que recentemente os nossos vizinhos espanhóis instalaram várias unidades de energia eólica do outro lado da fronteira, mas junto à serra de Montesinho (o ex-libris do P.N.M). Ao que consta, tal instalação não foi discutida entre os responsáveis de ambos os lados da fronteira, não obstante os prolíferos convénios e encontros transfronteiriços

3.5 Um olhar sobre programas e acções dos diversos partidos políticos

Numa breve análise ao conteúdo dos programas eleitorais autárquicos disponíveis e que abrangem os partidos propostos, foi possível constatar, através de uma breve leitura, que o Ambiente praticamente se reduz à dimensão de infra-estruturas tais como jardins, saneamento, recolha e tratamento de lixo urbano e pouco mais. Não obstante o P.N.M. ocupar cerca de 1/3 do território concelhio é praticamente ausente qualquer referência a ele.

Significativa, pelo equívoco, é a posição de um candidato á câmara municipal, que em fotografia incerta no seu programa, se apresenta de camuflado e arma caçadeira a tiracolo, com a seguinte legenda, “amigo do ambiente”

Deste panorama, destaca-se a CDU/PCP cuja abordagem, quer quantitativa quer qualitativa dá ao ambiente um estatuto de elemento transversal e estruturante para o desenvolvimento e vida da região. É a única formação partidária a dar destaque ao P.N.M., ao seu funcionamento orgânico e á sua relação com as populações abrangidas.

Sumariamente descrita e tendo em atenção o que transparece nas suas declarações e práticas face ao ambiente , a visão dos políticos que se têm mantido em alternância com expressão no poder local (PS-CDS/PP-PSD), limitam-se a reduzir o ambiente a uma questão de recolha do lixo ou implantação de jardins, tendo geralmente uma postura mercantilista e de considerar este um mero recurso a rentabilizar mais ao menos no imediato, através de projectos idílicos sobre a ruralidade.

Em declarações a um jornal local em 11/02/2000, o então governador civil e ex-autarca, afirmava, ... "só se justifica criar Parques Naturais quando eles vão de encontro as necessidades das comunidades que nelas residem".

Compreendemos a preocupação expressa nesta afirmação, sobretudo quando ela procura o envolvimento e a participação das populações abrangidas, mas tais expressões, a miúdo proferidas por responsáveis políticos, incorrem num equívoco, porquanto o bem estar e o desenvolvimento das populações compete a outras figuras de planificação regional.

Aos Parques Naturais está atribuída a função de conservação da natureza, a valorização e salvaguarda do património ambiental. Naturalmente e dado que a grande maioria dos Parques se encontra em zonas humanizadas, o ser humano ea sua relação com o espaço deve ser tida em atenção, aliás em conformidade com o postulado na Estratégia Nacional De Conservação Da Natureza e da Biodiversidade, onde se afirma que " ...no domínio dos princípios fundamentais merecem particular destaque: o conceito da compatibilidade entre o Homem e Natureza, rejeitando todas as noções de extremistas segundo as quais a conservação da natureza se faz melhor na ausência do ser humano, como se este fosse contra-natura".

3.6 As percepções dos habitantes

Embora não tenha levado a cabo, de modo sistemático, um inquérito e uma série de entrevistas representativos dos diversos actores sociais nomeadamente entre a população residente, creio poder, a partir da minha experiência como técnico do P.N.M. e dos contactos havidos com as populações, estar em condições de poder destilar algumas das suas percepções relativamente ao temas tratados e, em particular, à relação entre uma certa imagem de desenvolvimento e a preservação dos valores da natureza e do ambiente. De um modo geral, não obstante a existência de uma memória ferida e magoada em relação aos Serviços Florestais no passado, as atitudes em relação aos Serviços do P.N.M. são de um acentuado grau de aceitabilidade, embora haja que distinguir os seus posicionamentos consoante a matéria em jogo.

Assim, poderemos dizer que a gestão da floresta e da caça, bem como os danos causados pelos lobos, javalis e veados, são temas com um grau de conflitualidade acentuada não só devido ao seu sentimento de pertença em relação ao território, como ao facto de as indemnizações serem consideradas insuficientes e de pagamento tardio. Já, porém, a actividade sociocultural e a implantação de equipamentos comunitários recolhem das comunidades aldeãs um maior grau de aceitabilidade e anuência.

De referir que a inexistência de um plano director e respectivo regulamento, atenua certamente os possíveis pontos de conflito, porquanto estes documentos anunciam novas práticas e restrições diversas.

Quanto à construção de vias rápidas, barragens, estações eólicas, etc., independentemente dos discursos oficiais que sustentam fazê-lo em nome e no interesse das populações, vêem-nas como projectos que, se, por um lado, são implantados em zonas de pertença sua, por outro lado, são menos hostis ou até indiferentes, sobretudo quando não os afecta directamente nas suas próprias propriedades e até as podem ver como um aumento de mais valia pela proximidade a certas infraestruturas que lhes podem ser assim também vantajosas para o comércio, a mobilidade geográfica.

A nível das expectativas, sem cair em afirmações generalistas, importa contudo distinguir que elas divergem por grupo social e por faixas etárias, com aliás têm sido referidos nalguns estudos tais como o de Silva (1998) e Sobral (1999). Se os que têm

recursos se permitem deslocar-se mais facilmente, os que estão dependentes dos recursos locais e do trabalho agro-pecuário sentem-se mais presos ao meio. Além disso, enquanto as gerações mais idosas sentem-se mais apegadas à terra e menos atraídos pela vida urbana, já o mesmo não se passa com a juventude, de que é sintomático e significativo o dizer de um jovem "...isto aqui é uma seca, ao contrário dos turistas eu só curto na cidade".

4. Conclusões

Tendo em conta a problemática colocada centrada no dilema ambiente-desenvolvimento, vimos que não há, com efeito, concordância sobre a concepção da natureza e da sua relação quer com a preservação com o ambiente, quer com o proclamações em torno do desenvolvimento, sendo de destacar vários modelos que, de uma forma ou outra, ocultam os verdadeiros interesses subjacentes aos mesmos. Em todo este processo, são as populações, particularmente as que menos recursos possuem que menos proveito retiram dos recursos territoriais que lhes deveriam estar destinados em primeiro lugar. Uns tentam, em nome do progresso e do crescimento, quebrar aquilo que consideram ser a imobilidade das tradicionais estruturas agrárias. Outros, sobretudo cidadãos, apelando preservação dos valores da conservação da natureza e do ambiente, esquecem também os modos de vida e subsistência das populações locais e da necessidade que têm em desfrutar de infra-estruturas e equipamentos que melhorem as suas condições de vida e sobretudo a premência em valorizar as suas produções agro-pecuárias. Nesta encruzilhadas de estratégias e interesses, enquanto nomeadamente em Bragança, certas instituições como a Câmara, apesar da retórica em torno da natureza e das aldeias a preservar, estão mais interessadas em certos projectos decrescimento e modernização, deixando não raro essas populações ao abandono. Por outro lado, instituições mais vocacionadas para a manutenção da paisagem e das zonas protegidas como recurso ambiental, apesar da memória ferida das populações no passado, mantêm contudo com estas uma relativa convivência e coexistência com as populações locais. Se é certo que hoje se impõe levar os benefícios económicos, sociais e culturais junto das populações, tal não deverá ocorrer à revelia das próprias populações, mas tendo em conta a sua história, os seus interesses, expectativas e valores.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de Almeida (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parcelares numa região do Noroeste*, Lisboa: Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira de et al. [1994 (1992)], *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa: Centro de Acolhimento e Integração Social e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- CABALLERO, (1998)....
- CASTELLS, Manuel (1975) "Há uma Sociologia Urbana?" in *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*, Lisboa: Presença, pp. 23-52.
- CEPEDA, Francisco José Terroso (1988), *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- DURKHEIM, Emile (1991[1915]), *Les formes elementaires de la vie religieuse*, Paris: Librairie Generale Française.
- LIMA, Aida Valadas e Schmidt, Luísa (1996), *Questões ambientais – conhecimentos, preocupações, sensibilidades*, *Análise Social*, 135: 205-227.
- MARQUES, Carlos Peixeira e PORTELA, José (1994), "Actividades tradicionais e emprego feminino no Montemuro: notas de reflexão sobre o desenvolvimento local" in *Gestão e Desenvolvimento*, 3:175-185.
- MORMONT, Marc (1987), "Rural Nature et Urban Nature" in *Sociologia Ruralis*, XXVII (1):3-20.
- MYRDAL, G. [1974(1957)], *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- PARK, Robert (1987), "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in O. G. Velho (org) *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 26-67.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto: Afrontamento, pp. 73-91.

- REIS, José (1988), "Território e sistemas produtivos locais" in Revista Crítica de Ciências Sociais, 25-26: 127-141.
- REIS, José (1994), "O desenvolvimento local é possível?" in M.B. Moreira(org) O desenvolvimento local é possível?: 3-16, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- REIS, Manuela e LIMA, Aida Valadas (1998), "Desenvolvimento, território e ambiente" in J.M.L. Viegas e A F. Costa (orgs) Portugal, que modernidade?, :329-363, Oeiras: Celta.
- ROSTOW, W.W. [1964(1960)], Etapas do Desenvolvimento Económico, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" in Análise Social, XXI, 87-88-89: 869-901.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (1995), Alguns elementos de estudo sobre Sociologia do Desenvolvimento, Braga: Universidade do Minho (policopiado).
- SILVA, Manuel Carlos (2000), Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: notas para um debate in J:M.L. Viegas e E. C. Dias (orgs), Integração, globalização; Celta: Editora.
- VASCONCELOS, J.M. Carvalho (s/d), Estratégias sectoriais/Conservação da Natureza. Programa de formação. Vol I, Bragança.
- WALLERSTEIN, I. (1974), The Modern World System, Nova Iorque: Academic Press.